



ACÓRDÃO Nº466/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11381/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Tefé
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Sra. Maurilandi Ramos Gualberto
- 6- **Advogado:** Marcos dos Santos Carneiro Monteiro - OAB/AM 12846
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6597/2022-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Tefé. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Quitação. Determinação.
Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Tefé, exercício de 2020, sob a responsabilidade da **Sra. Maurilandi Ramos Gualberto**, na condição de Gestora e Ordenadora de Despesa, nos termos dos arts. 22, II, e 24 da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelos motivos expostos neste Relatório/Voto;
- 10.2. **Aplicar multa** à **Sra. Maurilandi Ramos Gualberto**, no valor de R\$3.000,00 (três mil reais) na forma prevista no artigo 54, VII, da Lei nº 2423/1996 c/c art. 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, relativa à restrição **10**, constante na Notificação nº 008/2021-DICAMI e nº 153/2022-DICAMI, não sanadas, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo



ACÓRDÃO Nº466/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. **Recomendar** à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Tefé a devida observância da legislação, sobretudo, quanto à correta instrução dos processos administrativos de licitação;
- 10.4. **Dar quitação** à **Sra. Maurilandi Ramos Gualberto**, Secretária à época, nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2.423/96, após cumprimento deste decisório e do recolhimento do valor da multa estabelecida;
- 10.5. **Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, *caput*, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, comunicando à **Sra. Maurilandi Ramos Gualberto** acerca do julgamento deste feito, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão;
- 10.6. **Arquivar** o presente processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral da decisão.

11- **Ata:** 8ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- **Data da Sessão:** 21 de Março de 2023.

13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luís Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº466/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral